

ATA NÚMERO 31/XIII (1.ª) SL
21 de junho de 2016 – 15h00

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 14 de junho de 2016

3. Comunicações do Presidente

4. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

5. Outros assuntos

6. Data da próxima reunião

29 de junho de 2016, 4.ª feira, 10h (Jornadas Parlamentares do PS no dia 28)

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

Foi também acordado proceder à audição regimental do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior logo após o ponto 2 da Ordem do Dia.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 14 de junho de 2016 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, à Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a toda a sua equipa, dando de seguida início à primeira ronda de intervenções, na qual usaram da palavra os Senhores Deputados Elza Pais (PS), Margarida Mano (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), tendo sido colocadas questões sobre o diálogo estabelecido entre o Governo e a comunidade científica; o programa de estímulo ao emprego científico; a substituição progressiva das bolsas por contratos científicos; a inexistência de uma verba para fazer face ao reforço de reposição dos vencimentos; a situação em que se encontram as instituições de ensino superior, a funcionar à base de duodécimos; a inexistência de objetivos quantificáveis a nível do sistema e das instituições; os grupos de trabalho criados pelo Ministério, designadamente o Grupo de Trabalho para Acompanhar e Implementar o Programa de Modernização e Valorização do Ensino Politécnico, e a não representação dos estudantes; a reavaliação do Programa Retomar; o Conselho para a Internacionalização do Ensino Superior; a prorrogação do período transitório previsto nos estatutos das carreiras docentes do ensino superior universitário e politécnico; a atribuição de cargas letivas a docentes convidados; o subfinanciamento dos politécnicos; e a possibilidade de os politécnicos passarem a atribuir doutoramentos.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior respondeu às questões no final de cada intervenção, tendo-se referido à execução do orçamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia; à abertura de concursos, sobretudo para estimular os cursos e formações curtas

de orientação vocacional no ensino politécnico; à criação de um grupo de trabalho para monitorizar e colaborar na preparação e execução das medidas de controlo orçamental a implementar pelas instituições de ensino superior; ao quadro orçamental das instituições de ensino superior e à necessidade de diversificação das fontes de financiamento; ao programa de estímulo ao emprego científico para incentivar a contratação responsável de investigadores doutorados em Portugal e criar novas condições para atrair recursos humanos qualificados; à manutenção do Programa + Superior, destinado a alunos universitários que optaram por estudar no interior, mas redirecionando-o como um apoio financeiro para os estudantes mais carenciados; e ao programa de apoio à modernização e valorização do ensino politécnico.

Na 2.ª ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Susana Amador (PS), Nilza de Sena (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo colocado questões sobre a promoção de um ensino superior inclusivo; a implementação do Programa +Ciência e Menos Burocracia; as alterações ao Estatuto dos Bolseiros; o sistema de avaliação das unidades de investigação; o pagamento das bolsas do Programa +Superior; o regime de taxas e emolumentos do ensino superior público; os cursos técnicos superiores profissionais (TESP); a possibilidade dos politécnicos conferirem o Grau de Doutor; o subfinanciamento crónico do ensino superior e o alargamento das bolsas de ação social escolar.

O Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior responderam no final de cada intervenção, tendo-se referido ao Programa da Inclusão para o Conhecimento; à inclusão digital; ao novo regime de emprego científico; às regras para a avaliação científica em Portugal; às alterações ao regime de taxas e emolumentos do ensino superior público; à retoma do Programa +Superior; e aos cursos técnicos superiores profissionais (TESP).

Na 3.ª ronda usaram da palavra, num primeiro momento, os Senhores Deputados Inês Lamego (PS), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Ana Virgínia Pereira (PCP) e Odete João (PS), tendo colocado questões sobre as medidas a adotar para se cumprirem as metas 2020; a possibilidade de atribuição de doutoramento nos institutos superiores politécnicos; a hipótese de alteração da designação dos mesmos; o eventual alargamento das bolsas e o financiamento; a implementação da resposta solidária das várias instituições de ensino superior, a contratação de docentes a tempo parcial e as medidas de combate ao envelhecimento do corpo docente e por último solicitado o impacto da língua portuguesa na ciência, bem como o ponto da situação na política de ciência aberta e no relacionamento com os países da CPLP nesse âmbito.

O Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior responderam no final do conjunto das intervenções, tendo referido que a redução do número de diplomados teve a ver com a emigração dos mesmos, sendo atualmente mais difícil atingir as metas 2020 de 40% de diplomados e indicado que adotaram como medidas o reforço da ação social, que originou um aumento de 6.000 bolseiros, tendo também sido pagas as bolsas

do +Superior; estão a avaliar a alteração do regime de acesso ao ensino superior (pretendendo o seu alargamento e abertura da base social), que terá lugar na sequência de um debate público e com base num consenso alargado; há um incentivo para os cursos curtos, com ligação dos politécnicos ao ensino secundário.

Acrescentaram que não houve compromisso para atribuir doutoramentos nos politécnicos; a investigação é para todos, universidades e politécnicos; em setembro será desenvolvido um processo de avaliação das unidades de investigação; estão a ser implementadas medidas no âmbito do Simplex, como o identificador do estudante, para acompanhar a sua mobilidade e medidas de combate ao abandono e insucesso escolar; em relação aos repositórios digitais estão a desenvolver uma relação com o Ministério da Cultura e repositórios em países de língua portuguesa.

Num segundo momento intervieram os Senhores Deputados Germana Rocha (PSD), Luís Monteiro (BE), Diana Ferreira (PCP), Laura Magalhães (PSD) e Maria Augusta Santos (PS) que colocaram questões sobre as medidas a adotar em relação à realização dos estágios curriculares; disponibilização de vagas de internato médico para todos os alunos; integração na carreira científica de técnicos superiores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil doutorados e efeitos da bonificação no âmbito dos concursos de investigadores da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; ensino à distância de qualidade; levar mais jovens para o ensino superior.

O Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior responderam no final do conjunto das intervenções, tendo indicado como metas para 2020 alargar a base social do ensino superior e ciência, dignificar as carreiras científicas e diversificar o sistema. Deram depois informações sobre vários Grupos de Trabalho que estão em funcionamento, para equacionarem matérias específicas, consultando as entidades do setor, designadamente, do acesso ao ensino superior, da avaliação científica, da execução orçamental, dos conteúdos digitais, da ciência aberta e das necessidades educativas, concretizando os seus objetivos e os trabalhos que estão a desenvolver.

Por último, o Senhor Ministro pediu a participação dos Deputados no Encontro Nacional Ciência 2016, a decorrer de 4 a 6 de julho, na FIL, Junqueira, que configura uma atuação de proximidade.

A gravação áudio e vídeo da audição está disponível na [página da Comissão](#).

4. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

A Presidente em exercício deu conta da baixa à Comissão do Projeto de Lei abaixo referido, referindo que o mesmo tinha sido distribuído ao PSD (que se comprometeu a indicar o relator em momento posterior) e indicando que a sua apresentação pelo autor teria lugar em 29 de junho e a apreciação do parecer em 5 de julho.

Projeto de lei	267	XIII	1	Revoga a propina do ensino de português no estrangeiro (terceira alteração ao Decreto-lei n.º 165/2006, de 11 de agosto)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade	2016-06-15	PCP
----------------	-----	------	---	--	--	------------	-----

3.2. Apreciação de iniciativas sobre diminuição do número de alunos por turma

Lembrou depois que tinham baixado à Comissão em 8 de abril, após discussão no Plenário, sem votação, pelo prazo de 90 dias, que termina em 7 de julho, as iniciativas abaixo referidas.

- [Projeto de lei n.º 16/XIII \(1.ª\)](#) (Os Verdes) — Estipula o número máximo de alunos por turma
- [Projeto de lei n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem
- [Projeto de lei n.º 154/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário
- [Projeto de resolução n.º 213/XIII \(1.ª\)](#) (CDS-PP) — Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas
- [Projeto de resolução n.º 216/XIII \(1.ª\)](#) (PS) — Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma
- [Projeto de resolução n.º 217/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Medidas para a promoção do sucesso escolar

Complementarmente, foi informado que tinha terminado em 17/6 a receção de pareceres/contributos, que estão disponíveis nas respetivas iniciativas e questionada a metodologia que os Grupos Parlamentares pretendem adotar, para posterior comunicação ao Plenário até 7 de julho (a menos que se delibere solicitar a prorrogação do prazo de baixa à Comissão), designadamente:

- Comunicar ao Plenário que seja feito o agendamento da votação na generalidade das respetivas iniciativas, baixando depois à Comissão para apreciação na especialidade,

podendo nesse âmbito constituir-se um Grupo de Trabalho para apreciação das mesmas;

- Equacionar a adoção de um eventual texto de substituição de todas ou algumas das iniciativas, para discussão e votação na Comissão e posterior remessa ao Plenário, para votação.

A Deputada Joana Mortágua (BE) solicitou que a matéria fosse equacionada na reunião seguinte, tendo-se registado o acordo dos restantes Grupos Parlamentares.

3.3. Pedidos de audiência

Foi depois informado que tinham sido recebidos dois pedidos de audiência das entidades a seguir referidas, tendo-se deliberado que os mesmos teriam resposta nos termos seguintes:

- FNE - Federação Nacional da Educação, sobre “A questão do estabelecimento de um regime especial de aposentação para os docentes” – audiência na reunião da Comissão;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE) da Escola Secundária de Santa Maria, em Sintra - Condicionamento das atividades letivas devido às limitações das instalações desportivas construídas pela Parque Escolar, designadamente o campo coberto «Pavilhão Desportivo» - audiência presidida por Deputado do PSD, tendo sido indicado para o efeito o Deputado Álvaro Batista.

3.4. Relatórios de audiências/audições

Tendo sido postos à consideração os relatórios das audiências às entidades referidas abaixo, não foram propostas alterações, tendo sido aprovados:

- ANPRI, Associação Nacional de Professores de Informática - Apresentação de propostas para as Ciências da Computação, Ciências Informáticas no Ensino e Aprendizagem e Estruturas de Apoio nas escolas/agrupamentos;
- Audição do peticionário das petições n.ºs 88 e 101/XIII (1.ª), José Manuel Maurício Brás), solicitando, respetivamente, que o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro seja alterado de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração e a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do grupo 540, no que se refere à formação contínua;
- Professores Samuel Pereira e Belmiro Santos, sobre a situação anómala em que se encontram os professores de mecânica;
- Professor António Barbedo de Magalhães, Diana Vieira, Pedro Pereira de Sousa, Eulália Niza, Natália Alves, Cláudia Urbano e Isabel Pereira d’Orey para apresentação da

recém-criada Rede para o Desenvolvimento de Novos Paradigmas da Educação e organização, em 2017, do Encontro Nacional «Que Educação para Portugal?»

3.5. Relatórios de visitas

Foram depois postos à consideração os relatórios das visitas aos Municípios de Matosinhos e Cascais, pelo Grupo de Trabalho da Transferência de Competências na Educação, tendo o primeiro sido aprovado e o segundo ficado a aguardar a leitura e posterior comunicação da Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP).

3.6. Audiências

A Presidente em exercício lembrou que no dia 22 de junho de 2016, às 14 horas, teria lugar a audiência ao Movimento de Escolas com Ensino Público Contratualizado, em reunião presidida pela Deputada Susana Amador (PS).

3.7. Convite do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para participação na 1.ª reunião do Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES)

Foi feita referência ao convite acima referido, tendo sido indicado que a reunião terá lugar em 11 de julho (2.ª feira), das 10h às 16h, no Teatro Thalia, em Lisboa.

3.8. Relatórios de atividades dos Grupos de Trabalho

A Presidente em exercício solicitou ao Grupo de Trabalho da Educação Especial e ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação que apresentassem os respetivos relatórios de atividades, para apreciação na reunião de 5 de julho, tendo depois sido calendarizada a apreciação para 12 de julho, dado que a Coordenadora do 2.º Grupo estará em missão no estrangeiro na primeira data.

3.9. Relator da [Petição 118/XIII, da FENPROF, Em defesa da escola pública](#)

Por último, a Presidente lembrou que tinha sido admitida na reunião de 14 de junho a [Petição 118/XIII, da FENPROF, Em defesa da escola pública](#), que de harmonia com o método Hondt seria distribuída ao BE para indicar o Deputado relator, tendo a Deputada Joana Mortágua (BE) informado que quer ela quer o Deputado Luís Monteiro (BE) e todos os Deputados do BE, eram subscritores da petição, mas que poderia ser relatora da mesma, desde que não houvesse nenhum impedimento regimental.

Analisada a matéria, os serviços de apoio indicaram que o nº1 do artigo 27.º do [Estatuto dos Deputados](#) (“eventual conflito do interesses”) estabelece que “os Deputados, quando apresentem projeto de lei ou intervenham em quaisquer trabalhos parlamentares, em Comissão ou em Plenário, devem previamente declarar a existência de interesse particular, se for caso disso, na matéria em causa”.

E nos termos dos artigos 17.º, 19.º e 20.º da [Lei de Exercício do Direito de Petição](#), a apreciação das petições é distribuída a um Deputado relator, que pode propor várias diligências e apresentará no final um relatório, em que expressará a sua posição sobre a petição e proporá as providências julgadas adequadas (não havendo uma decisão sobre a petição), nos termos do artigo 19.º, para apreciação e votação pela Comissão.

Assim, para não prejudicar a isenção e o rigor na apreciação da petição ou a mera dúvida sobre os mesmos, os serviços propuseram que a mesma fosse distribuída a um Deputado que não tivesse sido subscritor da petição, passando neste caso para o GP que se lhe segue na lista de distribuição, o CDS-PP.

A Deputada Joana Mortágua (BE) reiterou a indicação de que era subscritora da petição e referiu que havia uma prática estabilizada de os Deputados subscritores de petições poderem ser relatores das mesmas. Não se tendo registado intervenções em sentido diferente, foi confirmado que a Deputada Joana Mortágua seria a relatora da petição.

5. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

6. Data da próxima reunião

29 de junho de 2016, 4.ª feira, 10h (Jornadas Parlamentares do PS no dia 28)

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 10 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 29 de junho de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Diogo Leão
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
Cristóvão Crespo
Diana Ferreira
Elza Pais
Inês Lamego
Margarida Balseiro Lopes
Pedro Coimbra
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Miguel Tiago